

Texto Para Fins
De Registro no
TRE/SP

PLANO DE GOVERNO 2023 - 2026

VAMOS JUNTOS POR SÃO PAULO

**FERNANDO HADDAD GOVERNADOR
LÚCIA FRANÇA VICE-GOVERNADORA**

COLIGAÇÃO PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL, REDE, AGIR

★Haddad

Com emprego, oportunidades, direitos e participação que São Paulo vai mudar junto com o Brasil.

1. O Brasil tem esperança de recuperar um ciclo de mudanças, reafirmar a democracia, reconstruir o caminho para o desenvolvimento, com paz e justiça social. São Paulo tem a oportunidade de caminhar junto do restante do país no rumo certo pela primeira vez em sua história. Com Lula e Haddad é possível recuperar esses anos de profunda crise e, principalmente, avançar na construção de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades.

2. Sabemos que podemos reconquistar melhores condições de vida para a sociedade brasileira, e que São Paulo deve ser parte desse processo. Essas conquistas só virão se não forem um processo solitário de uma minoria, mas sim da imensa maioria da sociedade brasileira. Com base em muito diálogo e apoio dos mais diversos setores, implementaremos políticas públicas que permitam o alargamento da cidadania, com o combate à fome e à pobreza, a geração de trabalho, emprego e renda, a democratização do acesso à educação, à saúde, à habitação, e o fortalecimento das instituições.

3. O Estado de São Paulo, o mais rico do país, é também um dos mais desiguais. Historicamente, foi um estado que sempre teve papel fundamental no desenvolvimento, sendo vanguarda na inovação, na educação, e indutor do crescimento econômico nacional. Nos últimos anos, todavia, ao mesmo tempo em que perdeu participação no PIB nacional e vivenciou um processo de fuga de investimentos no setor produtivo para outros estados, enfrentou um aumento das desigualdades. Foi também um dos estados mais duramente afetados pela crise dos últimos 6 anos. O desemprego, que cresceu substancialmente no Brasil, cresceu ainda mais em São Paulo, em especial entre a juventude. Segundo dados do IBGE, a diferença entre o rendimento médio de uma mulher negra e um homem branco que já é de 106% no Brasil, ou seja, mais do que o dobro, é ainda maior em São Paulo, onde atinge 118%.

4. Atravessamos o momento mais agudo da atual

crise – o período da pandemia – com os Governos federal e estadual, os quais foram omissos em assegurar condições dignas de sobrevivência para sua população. A fome tomou conta de 2,5 milhões de paulistas e a população em situação de rua cresceu exponencialmente, espalhando-se não só pela capital, onde atinge mais de 30 mil pessoas, como por toda região metropolitana, e também interior e litoral. Apesar de que em todas as peças de marketing do governador, a taxa de letalidade média em São Paulo foi 40% maior do que no Brasil, o que acarretou uma perda estimada de dois anos na expectativa de vida.

5. É ainda mais grave o contexto de desigualdades diante desta omissão, que se apresenta, sobretudo, para a população preta das periferias, que morreu proporcionalmente mais do que o dobro que a população branca. Para as mulheres, as quais foram sobrecarregadas com os trabalhos de cuidado e mais impactadas com o desemprego. Para a juventude, que teve suas oportunidades destruídas, com as desigualdades e insuficiências educacionais e a destruição do mercado de trabalho. Além da tragédia da perda de vidas, desarticulou-se a saúde e a educação, gerando um déficit nos serviços e um aprofundamento das desigualdades, o que, se não combatido, pode trazer consequências duradouras para a população paulista.

6. Nosso compromisso é em construir um Estado que tenha a responsabilidade de cuidar do povo, melhorar as condições de vida, reduzir as desigualdades e gerar oportunidades. Precisamos mais do que nunca do Estado para a recuperação e a transformação de São Paulo e do Brasil. Recuperar a capacidade de planejamento, que traz transparência aos objetivos dos Governos, com a participação social na reconstrução de um Estado humanizado e que tenha como prioridade a vida do povo.

7. Temos a oportunidade de ter em São Paulo um governo que coloque o cuidado com as pessoas como peça-chave para o desenvolvimento, e que não se omita de sua responsabilidade social e econômica. Faremos um Governo a serviço do povo paulista, em todas as regiões do estado. Temos compromisso com o combate à fome, com a justiça social, com o combate a todas as formas

de discriminação. Temos compromisso com a garantia dos direitos humanos, com a promoção da paz, da igualdade e da democracia. Conhecemos a pluralidade e potencialidade do estado, e temos compromisso com a promoção do desenvolvimento regional, da articulação com os municípios e com o fortalecimento das estruturas de gestão regionalizadas. Nos comprometemos com o desenvolvimento econômico e sustentável, com a geração de empregos, com a ampliação e qualificação dos serviços públicos.

8. Nosso principal objetivo e compromisso é com a transformação de São Paulo e, sobretudo, com a melhoria da vida do povo paulista. E é aproveitando todas as nossas potencialidades e diversidade, de um povo trabalhador, detentor maior aparato científico e tecnológico do país, de um território repleto de riquezas naturais é que, a partir do combate às desigualdades e às carências de nossa população, vamos gerar oportunidades.

9. Com um governo que transforme o estado de São Paulo, assim São Paulo vai contribuir com a reconstrução e transformação do Brasil. Com Lula e Haddad, e a ampla participação de partidos políticos, movimentos sociais, trabalhadores e empresariado, podemos ter o estado e o país na mesma direção, com promoção do desenvolvimento, fortalecimento da democracia, ampliação de direitos e promoção da igualdade.

I. SÃO PAULO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INOVADOR

10. O Estado de São Paulo concentra as maiores cadeias produtivas do país, é sede do capital financeiro nacional e do agronegócio, assim como abriga o mais importante aparato universitário e científico-tecnológico brasileiro. Hoje, enfrentamos elevadas taxas de desemprego e perda de renda do trabalho, que afetam sobretudo a juventude, a população negra e as mulheres. A fome voltou a invadir as casas de famílias paulistas e atinge hoje 2,5 milhões de cidadãos do nosso estado. Será prioridade do novo governo combater a fome com urgência, resgatando a dignidade, saúde e segurança alimentar para nosso povo.

11. São Paulo produz quase um terço dos alimentos no Brasil, mas tem a cesta básica mais cara do país. Os alimentos nas cidades paulistas estão ainda mais caros por conta dos combustíveis cobrados em dólar por Bolsonaro e pelos pedágios extorsivos do Doria, os quais tiveram sua concessão prolongada no apagar das luzes do último governo, sem que houvesse uma reavaliação dos preços cobrados. Vamos articular políticas de geração de renda e aproveitamento do poder de compra do setor público, com o Sistema Único de Assistência Social, com programas de alimentação que articulem e apoiem a agricultura familiar. Essa é a principal origem da produção de alimentos no Brasil e em São Paulo e fundamental para a preservação ambiental, estabelecendo outra forma de relação da produção agrícola com o meio ambiente. Esses esforços devem estar aliados à promoção do desenvolvimento rural sustentável, à expansão da agroindústria, ao apoio técnico e financeiro aos produtores familiares e à regulação fundiária, na contramão, inclusive, da proposta do Programa Estadual de Regularização de Terras (PL 277/2022) que, na prática, regulariza a grilagem. Ainda, podem permitir a redução dos custos e a comercialização da produção, reduzindo custos e emissões de carbono, e promovendo uma melhor política de armazenamento e regulação de estoques de alimentos.

12. Vamos combater as desigualdades que foram agravadas pelo quadro de carências sociais e de destruição do mercado de trabalho. Entre os jovens, encontram-se as mais elevadas taxas de desemprego, de subutilização e de precarização. No Estado de São Paulo, aproximadamente um terço dos jovens está desalentado, ou seja, sequer procura emprego com a falta de expectativa de encontrar. As mulheres enfrentam taxas mais elevadas de desemprego, de subemprego e de precarização. O desemprego entre negras e negros também é quase o dobro do desemprego entre brancos, e os rendimentos médios são inferiores à metade. No Brasil, o rendimento de um homem branco é, em média, duas vezes superior ao de uma mulher negra. Em São Paulo, essa desigualdade é ainda maior.

13. Trabalhadoras e trabalhadores que se deparam

com cada vez mais dificuldades para encontrar emprego. Quando encontram, frequentemente é com baixo rendimento e, muitas vezes, são levados a trabalhar jornadas exaustivas sem garantia de qualquer direito. Retomar o emprego e a renda e gerar oportunidades de trabalho serão compromissos desde o primeiro dia do novo governo, tanto em caráter emergencial como estrutural. Vamos recuperar a capacidade de planejamento democrático para melhorar a vida de todas e todos, vamos articular um conjunto de ações visando melhorar a eficiência da análise de créditos e das cobranças, reestruturando o Programa Nota Fiscal Paulista e criando as condições para que o Estado retome o investimento público, e a capacidade do Estado em oferecer melhores condições de vida para o povo.

14. De maneira emergencial, precisamos criar empregos para os quase 3 milhões de desempregados que vivem em nosso estado. A gestão Doria foi marcada pelo afastamento cada vez maior da função do Estado como planejador, investidor e indutor do desenvolvimento, tendo encerrado seu governo com o menor investimento em 15 anos. Não é possível que, ao mesmo tempo que a crise social e econômica afeta a vida de tantos nós, o Estado esteja indiferente à vida do povo e não use seus recursos para garantir saúde, educação e segurança. Vamos recuperar o compromisso de São Paulo com o investimento na vida das pessoas. Articularemos os investimentos públicos, com o reforço dos instrumentos do estado e em parcerias público-privadas em infraestrutura, priorizando a habitação, a expansão da estrutura de educação e saúde, os transportes públicos metropolitanos e o saneamento básico. Vamos combinar o combate às nossas carências sociais, sobretudo nas regiões mais vulneráveis, com a geração de empregos emergenciais, com caráter imediato e contundente.

15. De maneira estrutural, promoveremos um novo ciclo de investimentos, com a articulação entre setor público, setor privado, aparato científico-tecnológico e sistema de crédito, para criação de postos de trabalho de maior remuneração, melhores condições para a juventude, com vistas de reverter a trajetória de

queda dos rendimentos do trabalho e da fuga de investimentos. Vamos investir na inovação, na ciência, na tecnologia e na reindustrialização em novas bases, em setores associados à transição para uma economia digital e ecologicamente sustentável, como determinantes fundamentais da competitividade da economia paulista e portadora de oportunidades de futuro e de desenvolvimento. São Paulo é responsável por cerca de 65% da produção científica nacional, pelo maior Complexo Econômico e Industrial da Saúde da América Latina, fruto da capacidade das universidades públicas estaduais e federais, dos institutos federais e estaduais e de outras instituições de ciência e tecnologia. Vamos aproveitar toda essa estrutura e ampliar seu potencial, criar um sistema estadual de inovação para a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social e climática, com a modernização da estrutura produtiva e a promoção da transição energética, o fortalecimento da capacidade inovadora, a criação de empregos e renda de maior remuneração no campo e na cidade.

16. A expansão e melhoria dos serviços públicos também pode ser propulsora de emprego e renda. As renúncias fiscais na gestão Doria representaram a perda de R\$56,4 bilhões de recursos provenientes da Educação e 22,5 bilhões da Saúde. Essa política de austeridade piorou o acesso do povo paulista aos serviços públicos e precarizou as condições de trabalho dos servidores públicos. Para a melhoria dos serviços públicos, vamos retomar os investimentos em saúde, educação, segurança pública, assistência social, com valorização dos profissionais e recomposição dos déficits. Além disso, o Estado pode cumprir um papel definidor na inclusão, a fim de garantir mais oportunidades para setores tradicionalmente marginalizados no mercado de trabalho, como mulheres, negras e negros, jovens, imigrantes e refugiados, e para populações em situação de vulnerabilidade, como já foi feito de maneira exemplar pela gestão Haddad por meio do programa TransCidadania.

17. Vamos fortalecer e ampliar os serviços públicos relacionados à constituição de uma rede de cuidados para crianças e idosos como mais um instrumento econômico de geração de emprego, que é também uma necessidade social e de garantia de

direitos. Além disso, o investimento na economia do cuidado possui um papel estruturante no combate às desigualdades de gênero e de raça, as quais são derivadas da divisão desigual do trabalho, uma vez que são trabalhos não remunerados e que oneram mais mulheres, em especial, mulheres negras. Reforçamos também nosso compromisso com uma garantia de vida digna para todos os paulistas e com os esforços para a instituição da Renda Básica de Cidadania no estado de São Paulo por etapas, priorizando-se os mais necessitados, e em conjunto com os esforços federais.

18. O crédito será um importante motor de apoio e fomento ao desenvolvimento, dos investimentos de pequeno a grande porte. Defendemos a ampliação da concessão de apoio financeiro e crédito a micro e pequenos empresários e a empreendimentos de economia solidária. Para isso, o apoio e o fortalecimento das agências de fomento e de crédito são fundamentais para o desenvolvimento em todo o estado e para as diversas estratégias de produção e geração de renda. Precisamos resgatar o papel do Banco do Povo e fortalecer a Desenvolve SP, ampliar as concessões de crédito, em especial para as micro e pequenas empresas, que possuem mais dificuldade em acessar o sistema de crédito nacional e representam 42% dos estabelecimentos produtivos do estado.

19. Apoiaremos o processo de transformação digital da economia, fomentando a indústria da tecnologia e assegurando internet de qualidade por todo território a todas e todos, indispensável para a democratização do acesso. A inovação e inclusão digital serão também frentes importantes de estímulo à criação de postos de trabalho de maior qualidade e remuneração, em especial para a juventude. Vamos fomentar a criação, ampliação e desenvolvimento de startups e empresas inovadoras em articulação com o fortalecimento dos parques tecnológicos já existentes, estímulo à criação de novos, e articulação com a rede de ensino técnico.

20. Vamos apoiar e criar políticas para facilitação do crédito e de compras públicas para empreendimentos de economia solidária e para a economia criativa e sua articulação com universidades, um segmento fundamental para a geração de trabalho e emprego,

erguido sobre um modelo de desenvolvimento de cooperação. Estabelecimentos e cooperativas de economia solidária também possuem uma participação importante na geração de trabalho, empregos e renda em diversas regiões do Estado de São Paulo. A experiência recente do aplicativo de motoristas cooperados promovido pela prefeitura do PT em Araraquara, o Bibi Mob, indica caminhos por onde podemos aprender.

21. Vamos fortalecer o setor agrícola, nas frentes da agricultura familiar, agricultura tradicional e agronegócio sustentável. São Paulo é o maior produtor de alimentos do Brasil e onde se encontra o agronegócio mais desenvolvido e com maior valor agregado do país. Além de um setor estratégico para a alimentação nacional, é um setor fundamental para a geração de valor e desenvolvimento tecnológico.

22. Vamos combater a fome com a promoção da soberania e segurança alimentar e a produção de alimentos saudáveis, apoiando as pequenas e médias propriedades agrícolas. Vamos ampliar os programas de extensão e assistência técnica aos produtores e estimular a agroecologia e um sistema de compras públicas para absorver a produção do campo. Também assegurar que o crédito chegue a esses produtores. Vamos, ainda, ter políticas para manter essas famílias no campo, investindo na educação técnica voltada à melhoria da produção e à administração das pequenas propriedades.

23. De cada 10 copos de suco de laranja consumidos no mundo, 6 são produzidos em São Paulo. Metade do etanol de cana-de-açúcar produzido no planeta vem daqui. O agronegócio responde por 14% do PIB do estado, gerando 15% dos seus empregos. Somos uma potência agroindustrial e vamos apoiar os produtores para que essa vocação seja impulsionada, levando o estado a um novo patamar de liderança tecnológica global na área, com elevada capacidade de geração de renda e exportações. Defendemos uma série de ações articuladas com as universidades e centros de pesquisa, grandes, médios e pequenos produtores, empresas e startups de tecnologia do campo, setor de escoamento, portos, entrepostos de distribuição e compras públicas. Vamos

investir em ciência e tecnologia para aumentar a produtividade e a competitividade de toda a cadeia de produção agropecuária, apoiar a diversificação produtiva, articulada a uma perspectiva socioambiental.

24. O esporte e o lazer também são áreas promissoras para a recuperação do desenvolvimento econômico através do combate às desigualdades, promoção da cultura da paz, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Apoiaremos o esporte estimulando a geração de emprego, renda e oportunidades para a população de todos os territórios do estado, em especial para a juventude.

25. Defendemos a Cultura enquanto ativo de desenvolvimento econômico e de inclusão social, gerador de emprego e renda e de sustentabilidade. Defendemos o investimento na economia criativa por seu poder de irradiação e interlocução com diversos setores econômicos com grande potência. A articulação com os municípios e instituições público-privadas é fundamental para o fomento de manifestações e atividades culturais, à preservação do patrimônio, à formação artística e de público. Defendemos que os investimentos em cultura cheguem a todo território paulista, contribuindo para o desenvolvimento local, e também ao fomento da cultura popular, das identidades regionais e das periferias.

26. Nosso estado possui belíssimas riquezas naturais, patrimônio histórico e culturas, que fazem parte do nosso potencial turístico. Reconhecidas pelo estado, possuímos 70 estâncias turísticas e 140 municípios de interesse turístico, São Paulo é a principal entrada de estrangeiros para o país. A privatização de parques pelo Estado promovida pela gestão Doria-Rodrigo, sem diálogo com as comunidades tradicionais, pode acabar desencadeando a concentração de renda e a negação do direito ao turismo e à história daqueles que vivem no território. Vamos investir na infraestrutura turística e estimular o turismo como fonte de geração de emprego e renda, espalhados pelo estado, promovendo desenvolvimento local, circulação de renda, valorização da cultura e do patrimônio e preservação ambiental.

27. Todas essas medidas de geração de trabalho e emprego

estarão aliadas a uma estratégia de desenvolvimento regional, que compreenda a diversidade do estado, o potencial e necessidade de cada território e a necessidade de reduzir as desigualdades entre as regiões do estado. Em especial, precisamos de políticas de desenvolvimento para regiões de maior vulnerabilidade, como o Vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema. Precisamos construir soluções para a guerra fiscal, que tem provocado a evasão produtiva do estado e perda de empregos para outros estados e países. Vamos apoiar, aprofundar e expandir experiências muito exitosas de produção de energia limpa, por exemplo, de fazendas de geração de energia solar na região Oeste do estado, assim como o protagonismo nacional na geração de energia a partir de biomassa, em especial nas regiões central e norte, a partir, sobretudo, do bagaço de cana.

28. Analogamente, todas as estratégias de desenvolvimento e de geração de empregos devem ser combinadas ao combate às desigualdades em todas as suas frentes. É nosso compromisso combater a discriminação no mercado de trabalho, através de programas de geração de emprego e renda com justiça social, garantia de equiparação salarial e oportunidades de trabalho para mulheres, para a população negra, LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, imigrantes e refugiados.

29. O modelo de desenvolvimento que queremos para São Paulo é este que combata a desigualdade em todas as suas frentes, o qual, por sua vez, deve ser calcado na resposta às questões do presente e na sustentabilidade de longo prazo, combatendo as desigualdades climáticas e geracionais. Em consequência, do desmonte do Sistema Estadual de Meio Ambiente e a extinção de órgãos de planejamento pela atual gestão, inúmeros problemas já existentes no Estado se agravaram, como: crise hídrica, intermitência no abastecimento de água em várias regiões, crescimento do desmatamento, inclusive na Mata Atlântica, ocupações ilegais na área de proteção dos mananciais, contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos, ocupação predatória do litoral e outras áreas ambientalmente sensíveis. Em contraposição, defendemos um modelo de desenvolvimento que

tenha o compromisso ambiental e a sustentabilidade como objetivo central. Vamos recuperar a estrutura técnica de órgãos públicos, de fiscalização, de pesquisa e de desenvolvimento ambiental de São Paulo, uma vez que a defesa ambiental deve permear o governo Haddad como prioridade e como indutor da atração de investimentos, de desenvolvimento de tecnologias, de geração de emprego e renda, da promoção da transição ecológica, com impacto positivo na qualidade de vida do nosso povo.

30. O investimento em infraestrutura é um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Uma infraestrutura moderna, criativa, eficiente e sustentável, de um lado, promove um ambiente mais propício aos negócios e aos investimentos, reduzindo custos para quem produz e melhorando a eficiência da nossa economia. De outro, melhora a qualidade de vida das famílias ao garantir acesso a serviços fundamentais, como saneamento e coleta de lixo, com melhoria dos indicadores de saúde, o que contribui para a redução de preços finais de bens e serviços.

31. Acreditamos que a infraestrutura do estado também deve ser orientada para o desenvolvimento e para o interesse social, sem esquecer seu papel importante no combate à crise climática. O investimento em uma infraestrutura sustentável possui um papel fundamental no combate à crise climática e aos desastres ambientais e sociais decorrentes da falta de políticas de prevenção e de obras de infraestrutura. Defendemos o fortalecimento do plano de adaptação e resiliência climática, contemplando também o gerenciamento dos reservatórios de água e da política habitacional, e expandindo a política para todo o estado em parceria com as prefeituras, a fim de reduzir os impactos desiguais do aquecimento global. Precisamos fortalecer a defesa civil para atuação nas áreas de risco, melhorando a eficiência da resposta e reduzindo danos de desastres.

32. A oferta de moradia é determinante para a qualidade de vida da sociedade. Embora seja o estado mais rico do país, São Paulo tem um déficit habitacional que ultrapassa 1,2 milhão de moradias. Ao menos 3,19 milhões de moradias se encontram

em inadequação habitacional e pelo menos 30% das moradias no estado estão em situação inadequada ou precária. A atual crise econômica e social fez o déficit habitacional crescer. Nos últimos dois anos, a população em situação de rua na Capital aumentou 31% e cresceu vertiginosamente em diferentes regiões do estado. A política de habitação também é uma política de combate às desigualdades de raça: a incidência de pessoas morando em aglomerados subnormais e em residências sem coleta de lixo é mais de duas vezes maior entre pessoas negras do que entre pessoas brancas. Precisamos garantir o direito à moradia digna e de qualidade ao conjunto da nossa população.

33. Vamos ampliar o investimento público do Estado em habitação, assim como fortalecer e ampliar as parcerias com o governo federal e com os governos municipais. Em 10 anos de Minha Casa Minha Vida, foram construídas mais habitações em São Paulo do que em 40 anos pelo CDHU. A parceria de Haddad com Lula é a parceria que São Paulo precisa para combater o déficit habitacional e promover dignidade para a vida do povo, ampliar a resiliência urbana e promover a adaptação das cidades às mudanças climáticas, tais como atualizar o mapeamento das áreas de risco de desastres socioambientais.

34. Precisamos construir soluções integradas entre moradia e saneamento. A maior parte do déficit em saneamento básico na Grande São Paulo e no litoral, regiões com maiores gargalos, localiza-se em regiões de ocupações irregulares, onde vive principalmente a população pobre e negra. A incidência de residências sem abastecimento de água e sem esgotamento sanitário é quase duas vezes maior entre pessoas negras em relação a pessoas brancas. Trabalharemos para universalizar o saneamento e fortalecer o papel do Estado no provimento dos serviços e ampliar os investimentos na Sabesp, reforçando seu caráter público, tendo o investimento privado no setor como forma de alavancar e complementar a cobertura em áreas desprovidas de serviços. Assim como pela promoção de uma política de resíduos em cooperação com as prefeituras, com soluções compartilhadas, que compatibilize uma economia de baixo carbono com benefícios

substanciais para a saúde pública.

35. Consideramos a mobilidade um direito fundamental para o desenvolvimento econômico e das relações sociais. Essa condição, todavia, também é profundamente marcada por desigualdades em nosso território. O transporte de pessoas no estado também é excessivamente oneroso: seja em custos, seja em tempo. Nas regiões metropolitanas, 1 em cada 4 trabalhadores gasta mais de 1 hora por cada trecho de deslocamento diário. A rede de Metrô é insuficiente, vem crescendo lentamente e está concentrada, sobretudo, no centro expandido da Capital. O transporte de passageiros sobre trilhos operado pela CPTM é praticamente restrito à Região Metropolitana de São Paulo, de modo que no Interior e no Litoral, com raras exceções, a única alternativa são os ônibus urbanos e interurbanos. Nas regiões metropolitanas, inexistente uma adequada integração tarifária, sobretudo entre os sistemas de ônibus, o que encarece o deslocamento. A integração entre as regiões do estado, em sua grande maioria, é muito limitada e pouco acessível, restringindo o potencial econômico e social de uma melhor mobilidade. Vamos investir na infraestrutura de transporte, prioritariamente em projetos de baixo carbono, nas estruturas metropolitanas de metrô, trens, expandindo o transporte sobre trilhos pelo estado e aumentando gradualmente a integração entre os modais de transporte estadualmente, assim como na melhoria das estradas vicinais, aumentando a eficiência e qualidade dos trajetos entre cidades, com impacto na retomada do crescimento e na geração de empregos.

36. Trabalharemos pelo desenvolvimento dos portos paulistas ao promover a atração de novos negócios, o aumento do volume operado, a ampliação da eficiência, a redução dos custos e ampliação das oportunidades de emprego. O Porto de Santos, o maior da América Latina, responde pela movimentação de 30% da balança comercial brasileira, e o Porto de São Sebastião, responsável pela recepção de 55% do petróleo que entra para refino no Brasil, possuem um caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e para a soberania nacional, cuja atividade envolve diversas prefeituras da região e um enorme potencial de geração

de emprego e renda. Consideramos, fundamental, a preservação e o manejo do meio ambiente e implementação de fóruns de discussão e deliberação participativos com os diversos segmentos envolvidos.

37. Existem muitos caminhos para recuperar a economia de São Paulo e promover o desenvolvimento com democracia, ampliando empregos e direitos, com inclusão e justiça social, contribuindo para o desenvolvimento nacional e organizando um futuro sustentável. O novo governo promoverá um conjunto de ações, articuladas, e construídas com amplo diálogo social para trazer de volta a São Paulo crescimento com geração de empregos e redução das desigualdades.

II. SÃO PAULO DAS OPORTUNIDADES E DIREITOS

38. São Paulo é uma terra de oportunidades, progresso e inovação. É, ao mesmo tempo, um estado que guarda em seu bojo muitas desigualdades. Acreditamos no papel do estado para garantir oportunidades para todas e todos, combater as desigualdades e assegurar qualidade de vida e acesso a direitos. Vamos assegurar a equidade no acesso aos serviços, e o combate às desigualdades em todas as suas frentes, de renda, gênero, raça, orientação sexual e território. Podemos, pela primeira vez na história do nosso estado, ter um governo que tenha no centro das prioridades colocar o pobre no orçamento.

39. A pandemia agravou as condições de desigualdade no acesso aos serviços sociais. A população preta e periférica foi a maior vítima da pandemia, e as crianças que estudam em escolas de periferias e regiões mais vulneráveis do estado foram as que tiveram maior defasagem no aprendizado. Em 2021, de acordo com a prova SARESP, apenas 3 em cada 100 jovens tiveram o aprendizado esperado para matemática no ensino médio, e quase metade das crianças acima de 7 anos não alcançaram a alfabetização adequada. No momento em que era mais importante aumentar os investimentos nos serviços públicos, a atual gestão cortou verbas e congelou os salários em período de inflação acelerada, reduzindo ainda mais o poder de compra

dos trabalhadores e precarizando as condições de trabalho, tendo impactado inclusive no preocupante quadro de crescimento de adoecimentos por questões de saúde mental em diversas carreiras, em especial entre profissionais da segurança pública.

40. A precarização dos serviços públicos afetou principalmente as mulheres, em especial as mulheres negras. Além de serem as principais usuárias, são ainda as principais sobrecarregadas com trabalhos de cuidado quando o Estado deixa de cumprir seu papel, como foi o caso durante a pandemia da sobrecarga com a educação dos filhos e o cuidado com os idosos. O desmonte promovido por Doria dos serviços públicos, desta forma, agravou desigualdades de gênero, raça e classe. Precisamos reverter esse cenário.

41. Nosso governo utilizará todas as suas energias políticas e capacidade de trabalho para transformar o Estado de São Paulo numa terra de direitos e oportunidades de verdade. Para isso, além de reorientar estrategicamente o desenvolvimento para que ele se dê a partir das regiões, investirá em políticas públicas orientadas para a redução das assimetrias econômicas e das desigualdades sociais entre as regiões e entre os municípios que as compõem, com atenção especial às populações de baixa renda, com menor acesso às políticas públicas.

42. A proteção social está abandonada no Estado de São Paulo. O governo Doria/Garcia não implantou plenamente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado. 63% dos municípios não têm Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), que é a unidade responsável pela oferta de serviços do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social. O que vemos hoje são poucas ações voluntaristas e improvisadas e de uso da assistência social para fins eleitoreiros.

43. A prioridade do governo Haddad será combater a fome e garantir os direitos de proteção social. Vamos institucionalizar o SUAS paulista, com comando unificado e coordenação regionalizada da política de assistência social e valorização os profissionais da área. Vamos ampliar e qualificar os programas

estaduais de transferência de renda, de forma complementar aos benefícios federais, fortalecer o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e promover a qualificação e transparência dos contratos com as organizações da sociedade civil (OSCs), bem como fortalecer os protocolos de articulação entre o SUAS com o SISA e apoio financeiro aos municípios.

44. A saúde da nossa população está na UTI, agravada pela pandemia de Covid-19, exigindo investimentos e priorização de ações. O déficit de atendimentos especializados foi acentuado, gerando um atraso ainda maior no acesso a exames, diagnósticos e tratamentos, somado às novas demandas decorrentes de sequelas da pandemia que ainda representam uma zona nebulosa para o sistema de saúde. Além disso, o envelhecimento da população traz novos desafios para o sistema de saúde, que deve estar preparado para lidar com esse quadro demográfico e suas consequências sobre a saúde da população do Estado de São Paulo. Vamos recuperar os investimentos em saúde para garantir a saúde como direito de cidadania para todos, fortalecendo e reorganizando o SUS e a coordenação estadual do sistema de saúde, com prioridade a atenção integral, combinando ações de promoção, prevenção, atenção, reabilitação e vigilância em saúde voltadas às enfermidades infecciosas, doenças preveníveis por vacinas, condições crônicas e outros agravos à saúde.

45. Além disso, vamos nos preparar para o risco cada vez mais frequente de novas epidemias, que precisam ser prevenidas e controladas, através de investimentos articulados no sistema de saúde, na ciência e na tecnologia e em parceria com as universidades e institutos de pesquisa.

46. Apoiaremos técnica e financeiramente os municípios a fortalecer as Regiões de Saúde, para ampliar, qualificar e fortalecer a atenção básica e os atendimentos de urgência, de maneira resolutiva e coordenadora do cuidado, com valorização dos profissionais da saúde. O governo de São Paulo é o único que não participa do cofinanciamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Há uma grande deficiência nos atendimentos especializados, que gera filas imensas e perda de

oportunidade para diagnóstico, tratamento e realização de cirurgias e procedimentos no tempo adequado. Isso é fruto da ausência do governo estadual naquela que deveria ser sua principal função: articular e coordenar o Sistema Estadual de Saúde, em parceria com os municípios. Defendemos a universalização do SAMU-192 e das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) em todas as regiões do estado.

47. Vamos investir na atenção especializada, integrando os ambulatorios de especialidades, hospitais públicos, filantrópicos e universitários, e qualificando a regulação pública do sistema para garantir o acesso da população aos serviços de saúde. Temos experiências muito exitosas de gestões do PT, como é o caso da Rede Hora Certa em São Paulo, que serão aproveitadas para repensar, expandir e melhorar os atendimentos.

49. Também precisamos modernizar o sistema de saúde, incorporar e fortalecer medidas de atendimento e gestão que agilizem o serviço e aumentem sua capilaridade e eficiência. Vamos ampliar nossas estratégias de atuação na saúde a partir da inovação, como o uso da telessaúde como estratégia de fortalecimento da gestão e atenção integral no SUS, visando expandir as ações preventivas, aumentar a resolutividade, reduzir as filas e melhorar a eficiência e qualidade do sistema de saúde estadual.

50. Vamos estabelecer ações integradoras para uma política de saúde intersetorial, que considere os determinantes sociais de saúde, os ciclos e condições de vida, o núcleo familiar, a qualidade de vida e a sustentabilidade ecossocial. Enfatizar e considerar como ponto de partida os primeiros 1.000 dias de vida (primeiríssima infância). O fortalecimento da linha de cuidado materno-infantil no SUS, apoiando os municípios na coordenação da gestão das redes de atenção.

51. Promoveremos políticas de atenção integral à saúde das mulheres, em todas as fases do seu ciclo vital, considerando as identidades e as especificidades de raça, etnia, orientação sexual, das mulheres com deficiência e das mulheres no mundo do trabalho, do campo e da cidade. A partir do fortalecimento do SUS,

ampliaremos o acesso aos serviços de promoção, prevenção e assistência, para garantir um atendimento humanizado, incluindo-se o cuidado com a saúde mental, saúde do trabalho, saúde sexual e reprodutiva e o enfrentamento a violência, garantindo-se o atendimento integral previsto em lei. Teremos especial atenção para com a implantação de medidas que reduzam radicalmente a mortalidade materna, garantam o direito ao pré-natal e ao parto humanizado.

52. A população negra morre mais de duas vezes mais por mortes “naturais”, e foi a que mais morreu com a Covid-19 e com a ausência de leitos nos hospitais das periferias, cerca de 40% mais do que a população branca. Precisamos democratizar e universalizar o acesso à saúde, com foco no combate às desigualdades de raça. Para isso, investir em políticas de saúde para a população preta, por todo o território através do SUS, e articular ações integradas de saúde com políticas de habitação e saneamento. Além disso, investir na atenção dirigida à saúde da população indígena e comunidades tradicionais e quilombolas em nosso estado.

53. Vamos fortalecer estratégias ligadas à saúde integral da população LGBTQIA+, em especial a atenção aos ambulatórios de saúde integral para travestis e transexuais. Ter um foco na formação de profissionais do SUS para atendimento focalizado e melhor metodologia de tratamento, considerando diferentes identidades de gênero e orientações sexuais, a realidade e as vivências de cada um, ampliando também a oferta de profissionais ligados à saúde mental, como psicólogos e terapeutas.

54. Vamos reforçar, junto com as prefeituras, a Atenção Integral à Saúde do Idoso, favorecendo o acesso a consultas, exames, procedimentos e medicamentos e investindo prioritariamente em ações de promoção e prevenção da saúde.

55. Em parceria com os municípios, vamos fortalecer a política de atenção à saúde da pessoa com deficiência, desenvolvendo ações de prevenção às deficiências, de cuidados domiciliares, garantia de órteses e próteses necessárias e ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação em todos as regiões de saúde do

Estado e a integração da Rede Lucy Montoro ao SUS.

56. Um estado de oportunidades é um estado educador. A educação é um direito fundamental e um fator determinante para a qualidade de vida das pessoas e da sociedade, mas também um dos principais meios de socialização e acesso à cultura e um instrumento poderoso de desenvolvimento econômico e social. Estudos apontam que a qualidade da educação está associada com maior renda, geração de empregos, melhores índices de saúde, ingresso no ensino superior e até redução de homicídios. Por isso, defendemos uma educação de qualidade social, democrática, inclusiva, crítica, emancipatória, comprometida com os direitos de aprendizagem dos estudantes, centrada na valorização do ser humano, na cidadania e na qualificação para o mundo do trabalho. Promoveremos uma educação que combata as desigualdades de classe, raça, gênero, orientação sexual, e que seja acessível e inclusiva para pessoas com deficiência.

57. Nos orgulhamos de termos vivido o período com maiores investimentos e avanços na educação no período em que Fernando Haddad era ministro da educação de Lula. Criamos o IDEB, (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), implementado pela primeira vez em caráter nacional, o ProUni, o FIES, o novo ENEM, as cotas, além da ampliação dos Institutos Federais e das Universidades. Como prefeito, Haddad investiu fortemente nas creches e pré-escolas, nos CEUs e na qualidade da educação. Muito disso foi atacado, e vamos não só reverter, como criar um novo ciclo de muito mais oportunidades. Temos a certeza de que com Haddad Governador, junto com Lula Presidente, revolucionaremos a educação no Estado de São Paulo, reduzindo as desigualdades educacionais e criando melhores oportunidades para o futuro.

58. Vamos garantir o direito a uma educação de qualidade e o acesso e a permanência de todos na escola – dos bebês aos adultos e idosos – no campo, nas cidades, nas aldeias indígenas e comunidades quilombolas. A importância da educação ficou ainda mais nítida durante a pandemia, em que diversas crianças e jovens não tiveram acesso à escola ou tiveram de forma precária.

Os resultados da prova SARESP de 2021 mostram que durante a pandemia de Covid-19 houve piora no rendimento escolar em todos os níveis de ensino e, no ensino médio, tivemos o pior desempenho da história, quando 97% dos alunos de ensino médio se formaram com aprendizado em matemática relativo ao 7º ano do ensino fundamental, e 40% das crianças de 6 e 7 anos estão com a alfabetização atrasada.

59. Vai ser uma prioridade do Governo Haddad garantir a alfabetização na idade certa. Em parceria com os municípios, vamos reforçar a aprendizagem dos estudantes, sem deixar ninguém para trás, apoiar os municípios na garantia de uma rede de creches de qualidade e em horário integral, enfrentar o abandono e a evasão escolar e, especialmente, trazer para a escola os alunos que evadiram durante a pandemia. A ampliação das creches é também política fundamental de apoio ao trabalho das mulheres, que são muito mais responsabilizadas pelo cuidado de crianças e muitas vezes se inserem marginalmente no mercado de trabalho por não terem opção para o cuidado de seus filhos.

60. Vamos eleger um professor governador, que entende o investimento nos professores como fundamental para garantir uma educação de qualidade. Vamos investir na formação e na valorização de professores, na gestão pedagógica da educação básica e na expansão inclusiva da educação integral. Para isso, é também fundamental fortalecer o Sistema Estadual de Educação, valorizando instâncias de diálogo, a gestão democrática e o apoio financeiro aos municípios e buscando implementar as metas do Plano Estadual de Educação (PEE), garantindo maior articulação e apoio entre as instâncias institucionais (órgão central, regionais e escolas) e maior coerência entre as diretrizes da rede e das escolas.

61. Priorizaremos os investimentos no ensino médio, buscando elevar a qualidade, ampliar o acesso e aumentar a ampliar a articulação do ensino médio com o ensino técnico e profissional. São Paulo possui uma das melhores redes de ensino técnico do país, o Centro Paula Souza, que deve ser tratado com prioridade para melhorar ainda mais, com investimentos na rede de educação profissional e tecnológica, especialmente nas

FATECs e ETECS. Vamos criar políticas para reduzir a evasão, e seguir incentivando o ensino integral, mas corrigindo as distorções na implementação já feita, e trabalhar para garantir que o ensino integral não expulse os alunos da escola – sobretudo os do período noturno, em sua maioria da classe trabalhadora – mas sim, que crie melhores oportunidades e melhoria do ensino, com dignidade e valorização profissional dos profissionais da educação.

62. Investiremos na infraestrutura das escolas, garantindo acesso a equipamentos adequados de educação, acesso a serviços e promovendo a inclusão digital. Vamos investir na implementação de ousado plano de reforma das escolas e investir na infraestrutura das escolas, com base na experiência bem-sucedida dos CEUs na cidade de São Paulo, garantindo acessibilidade e um espaço acolhedor e seguro, que seja também polo de cultura, esporte, acesso à biblioteca e com inclusão digital, aberto para a comunidade em todas as regiões do estado. O tempo que vivemos não deixa dúvidas da importância da inclusão digital e tecnológica dos nossos estudantes como direito que deve ser acessível a todos, na educação infantil, nos ensinos fundamental e médio, na EJA e nas universidades.

63. Haddad, enquanto ministro da educação, foi quem mais criou universidades públicas pelo território brasileiro, e abriu suas portas para as filhas e filhos da classe trabalhadora. São Paulo já tem o maior aparato de ensino superior do país, e merece ter investimentos que melhorem ainda mais sua qualidade, e que promovam a expansão de suas vagas, ofertas de cursos, por todo o território. As universidades são também uma fonte de desenvolvimento territorial, de melhoria dos serviços públicos locais e de geração de oportunidades, em especial para a juventude, enraizadas por todos os cantos do estado. Vamos dar continuidade, fortalecer e aprofundar a política de inclusão dos jovens negros, indígenas e de escolas públicas nas universidades estaduais, criando ou ampliando programas de bolsas de apoio visando ampliar a permanência e inclusão como uma política do Estado. Se já avançamos muito na inclusão racial nos cursos de graduação, o mesmo ainda está distante de ser realidade

nas etapas seguintes de formação superior. Precisamos garantir a maior diversidade no acesso a bolsas de pesquisa e vagas de cursos de pós-graduação.

64. Precisamos garantir que as e os estudantes que ingressam nas Universidades tenham acesso à permanência como um direito. Essa demanda ficou ainda mais patente durante a pandemia, quando enfrentamos o aumento expressivo da evasão escolar. Vamos criar o Plano Estadual de Permanência Estudantil e garantir a inclusão digital, reduzindo desigualdades e garantindo que quem entrou possa se formar, e criar oportunidades de emprego para quem se formar, trabalhar.

65. O aparato científico e tecnológico também é pilar estruturante do desenvolvimento social com capacidade de produzir inovação para solucionar problemas, como foi demonstrado também na pandemia, com o apoio das universidades para projetos de respiradores, desenvolvimento de vacinas, entre tantas outras contribuições fundamentais. O investimento em bolsas no país efetivado pela Fapesp, principal agência de fomento à pesquisa do estado, despencou 42,92% - em valores nominais - ao longo da atual gestão. Precisamos reverter essa trajetória. Vamos investir na pesquisa, na internacionalização e na extensão universitária, como um potente instrumento de apoio e suporte à gestão pública e ao desenvolvimento. Assim como, a partir de parcerias com universidades e institutos de pesquisa, promover a inclusão de pessoas com deficiência, fomentando o desenvolvimento de tecnologia assistiva.

66. Sem democracia não há direitos humanos, e sem direitos humanos não há democracia. Queremos que os direitos humanos sejam o fio condutor do nosso projeto político e democrático, e colocar no coração de todas as políticas públicas o respeito, a proteção e a valorização dos direitos humanos. Queremos um estado em que impere a cultura da paz, e vamos construí-la combatendo todas as formas de discriminação e violência. Vamos atualizar o Plano Estadual de Direitos Humanos e fortalecer o sistema estadual de Direitos Humanos, com a participação da sociedade civil e das instituições públicas e privadas que atuam na

promoção e na defesa dos direitos humanos. Promover a proteção integral de crianças e adolescentes, defender a reforma psiquiátrica e o combate à tortura em todos os espaços e realizar a construção de políticas estaduais intersetoriais, nas áreas de direito à memória e verdade, educação em direitos humanos, enfrentamento ao trabalho escravo e às práticas de tortura, entre outros.

67. A segurança pública merece atenção especial, queremos um estado em que a vida seja tranquila e que o povo se sinta seguro. A política beligerante e de confronto de Doria, somada às promessas não cumpridas, não foi capaz de diminuir os crimes, em especial os furtos e roubos, que cresceram no estado, e é baixíssima a taxa de respostas sobre os crimes que é dada a população. Nós somos o estado mais rico do país, mas temos a 23ª polícia mais mal remunerada. Na polícia civil, há um déficit estimado de 15 mil trabalhadores. Nosso desafio será o de aumentar a autoestima, valorizar a carreira dos policiais, garantindo melhores condições de trabalho e salários, formação continuada e suporte psicossocial aos policiais para que possam garantir a segurança às pessoas, sobretudo aquelas que mais sofrem com a violência e o crime. Nessa perspectiva, nosso governo promoverá o enfrentamento à violência e ao crime como uma prioridade, de forma firme e dentro da legalidade democrática, combatendo o racismo estrutural e toda e qualquer forma de discriminação.

68. Vamos criar um plano de metas, pactuado com os trabalhadores da segurança pública, das polícias civis, militares e técnico-científica, associado à valorização profissional. Para atingir metas de redução da criminalidade, de aumento da resolutividade de crimes, de redução da letalidade, associaremos com a valorização da carreira e recomposição do quadro profissional, a formação continuada e o investimento em tecnologia e inteligência. É com planejamento e transparência que garantiremos a legitimidade para atingir resultados.

69. Queremos criar oportunidades e garantir um futuro digno para nossa juventude. Para isso, precisamos priorizar a diminuição da letalidade policial, que atinge sistematicamente a juventude negra das periferias, com a criação de novos Protocolos

Operacionais. Propomos a inclusão de uma nova disciplina sobre Racismo Estrutural nas escolas e academias das polícias e a implementação de ações efetivas para a redução de mortes da população preta. Iremos fortalecer a Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo, importante órgão de controle social da atividade policial.

70. Vamos ampliar a colocação de câmeras nos uniformes (fardas), que contribui para diminuir a letalidade policial, preservar a vida, em especial, da juventude negra, e proteger os policiais, que passam a ter uma prova de sua ação dentro da lei.

71. Enfrentaremos o Crime Organizado, em especial o tráfico de drogas, através de Força Tarefa Permanente, envolvendo as polícias estaduais, o Ministério Público, a Receita Federal e a articulação com a Polícia Federal, seguindo o caminho do dinheiro do crime (fruto da lavagem), que alimenta várias esferas da economia, viabiliza o acesso às armas, produzindo violência, e financia a corrupção e outras atividades criminosas. Investiremos na tecnologia e na investigação com inteligência.

72. Além disso, reforçaremos o policiamento comunitário e preventivo, criando o Policiamento de Proximidade, com centenas de Postos de Policiamento Preventivo e Comunitário na Capital, Grande São Paulo e Interior. Criaremos o Programa Estadual de Prevenção de Mortes Violentas, de caráter transversal, envolvendo as polícias, as diversas secretarias sociais, os municípios e as organizações da comunidade para que possam, através de programas de prevenção da violência, evitar essas mortes que atingem sistematicamente a população mais pobre.

73. Implementaremos uma nova política de drogas, intersetorial, com base em experiências exitosas de políticas públicas, como foi o caso do Programa De Braços Abertos, implementado pela gestão Haddad na prefeitura de São Paulo. Defendemos o investimento nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e uma política antimanicomial e que tenha como princípio o acesso pleno a direitos e a redução de danos, com base nos “3Ts”: Teto, Trabalho e Tratamento.

74. A violência contra as mulheres cresceu durante

a pandemia e continua crescendo. Em março de 2022, houve um aumento de 35% nas denúncias de feminicídio no Estado de São Paulo. A violência doméstica e a violência sexual crescem quando a sociedade vive um discurso de violência e desvalorização das mulheres. Terão prioridade ações que promovam e defendam a vida das mulheres, vítimas de violência doméstica, feminicídios e violência sexual com investimento nos canais de recepção de denúncia e de acolhimento de vítimas de violência, investir na resolução de casos de feminicídio e de violência sexual, com ampliação do número, qualificação e fortalecimento das Delegacias de Defesa das Mulheres.

75. Nosso Sistema Prisional precisa ser humanitário e garantir a recuperação das oportunidades. Promoveremos a reforma gradativa do Sistema Prisional, em atuação integrada e efetiva com o Sistema de Justiça, implementando maior fiscalização e controle nos presídios estaduais, com ampliação dos Centros de Ressocialização e separação de presos condenados por crimes de menor potencial daqueles que cometeram crimes mais graves. Em diálogo com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), vamos trabalhar para promover a diminuição do número de presos provisórios e a ampliação das penas alternativas para delitos leves. Implementaremos a Lei Orgânica da Polícia Penal, necessária para a regulamentação da profissão no estado. Ademais, vamos investir em uma política ampla de reinserção dos presos e egressos do sistema prisional no mundo do trabalho, oferecendo-lhes alternativas para que não voltem mais a praticar delitos.

76. Vamos promover a cultura como um direito, ampliando investimentos nos programas sociais e na promoção da cidadania cultural considerando todos os segmentos, como crianças e adolescente, jovens, idosos, mulheres, população LGBTQIA+, negros, indígenas, imigrantes e refugiados. A articulação da cultura com a educação é fundamental para a qualidade do ensino e para a formação de nossas crianças, jovens e adultos. O apoio do governo estadual à cultura é fundamental para a garantia de acesso e fruição da cultura, como elemento de identidade e pertencimento social, não só nos centros das grandes cidades,

mas também nas periferias e em todas as cidades do Estado. Nosso governo promoverá uma política cultural transformadora, com participação social, visando assegurar os direitos culturais, proporcionando geração de renda aos trabalhadores da cultura, ampliando a formação e a cidadania.

77. O esporte é um direito fundamental da população e pode representar uma importante estratégia de inclusão social, de promoção da saúde, e de interface com a educação, o meio ambiente, a segurança pública e a cultura. A cada real investido em esporte, estima-se uma economia de três reais em saúde. Entendemos que o esporte e o lazer, nas suas diversas dimensões, precisam ser valorizados com políticas públicas direcionadas e intersetoriais, e em seu papel econômico, na geração de emprego e renda. A cultura esportiva deve ser desenvolvida e democratizada para garantir o acesso da população, de todas as idades e regiões do estado, e promovida como um direito.

78. Uma sociedade mais justa, igualitária e mais desenvolvida é uma sociedade em que sejam garantidos os direitos das mulheres e promovidas políticas de enfrentamento à violência, do combate às desigualdades, da criação de oportunidades e do incentivo a uma cultura e educação para a igualdade. Vamos colocar no centro da agenda as políticas para as mulheres, com a garantia de direitos, justiça econômica e social, com oportunidades de trabalho e salários iguais, combater todas as formas de violência, e ter compromisso com a representação política e na gestão pública.

79. A sociedade que queremos é uma sociedade livre de racismo. Promoveremos um amplo conjunto de políticas para a promoção da igualdade racial em todas as esferas da vida, para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual, com mais direitos, com desenvolvimento social e econômico. Vamos garantir a transversalidade das políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, instituindo o Estatuto Estadual da Promoção de Igualdade Racial e um Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Queremos um estado de mais oportunidades e menos desigualdades, com direito à vida, que não interrompa a trajetória de milhares de jovens negros, mas que tenha

políticas que enfrentem a violência e construam oportunidades.

80. Queremos construir um Estado com mais futuro, um estado que reconheça o protagonismo, diversidade, e direitos das juventudes. A população jovem foi um dos segmentos mais impactados pela atual crise, mas é também quem carrega consigo a necessidade e vontade de construir um novo ciclo de mudanças e conquistas sociais. Vamos implementar políticas para a promoção dos direitos das juventudes orientadas para a criação de oportunidades, pela busca da autonomia dos jovens, valorização da participação social e política, reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares, e pelo respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva das juventudes. Vamos garantir o acesso ao emprego, à educação, à cultura, ao esporte, o direito à vida e devolver à juventude o direito de sonhar.

81. São Paulo é referência para a população LGBTQIA+, um dos estados pioneiros na aprovação de legislações contra discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero e nas políticas públicas voltadas para essa população. São Paulo é também onde mais se matam lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo no Brasil, e esse número cresceu 44% entre 2020 e 2021. O governo estadual precisa atuar no combate à violência, garantindo respeito à diversidade e o direito à cidadania e ao trabalho. Ao longo da gestão de Fernando Haddad na cidade de São Paulo, políticas públicas inovadoras foram colocadas em prática, como o Programa Transcidadania, voltado à escolarização e inserção no mercado de trabalho de mulheres e homens trans, e a expansão dos Centros de Cidadania LGBT por toda a cidade. Há outras boas experiências de políticas públicas municipais. Precisamos expandir essa rede por todo o estado. Nosso governo deverá garantir que todo o potencial acolhedor do nosso estado seja realizado, fortalecendo a luta contra a discriminação, com novas políticas públicas construídas junto com a comunidade LGBTQIA+, com especial atenção para aqueles mais vulneráveis, e fortalecer o espaço institucional para a gestão da política LGBTQIA+.

82. A infância é atualmente um dos assuntos mais importantes do mundo. A ONU, por meio do UNICEF, da OMS, da UNESCO, vem conclamando os países membros a atuar para oferecer um mundo melhor para as crianças. Estudos em diversas áreas do conhecimento comprovam a importância decisiva dos primeiros 1.000 dias de vida, e tudo o que acontece com a criança nesta etapa inicial do crescimento e do desenvolvimento. Assegurar o aleitamento materno, a transição para uma alimentação saudável, um núcleo familiar amoroso e protetor, são elementos fundamentais para garantir que cada criança possa alcançar seu potencial e ser feliz. Defendemos a implementação de políticas sociais intersetoriais que combatam a vulnerabilidade social das famílias e assegurem saúde, educação, moradia, renda e trabalho para as famílias, em especial as que têm gestantes e crianças na primeira infância, e a cooperação técnica com os municípios para a implementação dos Planos Municipais para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, a exemplo do que foi a Política Municipal São Paulo Carinhosa.

83. A população brasileira está envelhecendo e, em São Paulo, o ritmo de envelhecimento da população é ainda maior, tornando a longevidade com qualidade de vida um dos maiores desafios do Governo e da sociedade. Todavia, isso exige atenção especial e planejamento dos governos com relação aos serviços públicos visando ao bem-estar e às demandas de saúde, previdência, cuidados e atenção à pessoa idosa, com polícias integradas e transversais.

84. Além de ser um polo de chegada de brasileiros de todos os estados, hoje, São Paulo recebe um grande número de imigrantes de diversas regiões do mundo, e em especial de países da África e da América Latina. Receber, acolher, oferecer perspectivas de vida e de futuro é uma marca da história de São Paulo. E é o que orientará nossas políticas em todas as áreas.

85. Uma sociedade com democracia plena é uma sociedade que defende a liberdade de expressão e a tolerância religiosa. São Paulo é terra de todos os povos, de todos os credos e de todas as opiniões. Reafirmamos nosso respeito à liberdade

religiosa e ao Estado laico e nosso compromisso com o combate à intolerância religiosa. Assim como a defesa dos direitos civis e das liberdades individuais, da liberdade de imprensa e da pluralidade de opiniões.

86. Nosso governo respeitará a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, realizando políticas públicas para o pleno desenvolvimento e a autonomia das pessoas com deficiência. Asseguraremos a inclusão na prática e em todos os espaços, promovendo Língua Brasileira de Sinais (Libras) e assegurando a presença de intérpretes nos eventos oficiais, a oferta de cursos nas escolas e a formação dos servidores. Assim como garantindo a participação de pessoas com deficiência em espaços de participação, como conselhos e concursos públicos.

87. Promoveremos a dignidade humana e a defesa dos direitos à terra, ao território e à cultura dos povos do campo, das florestas e das águas. Promoveremos a reforma agrária, além de enfrentar a violência no campo, articulando os órgãos do estado, os governos municipais e a sociedade civil para combater a impunidade de mandantes e executores, e para proteger a vida dos defensores de direitos humanos. Ademais, enfrentaremos a criminalização dos movimentos sociais.

88. Asseguraremos os direitos dos consumidores, um mecanismo importante de defesa de cada cidadão e cidadã. Nosso governo ampliará acesso dos consumidores aos mecanismos de solução de conflitos, fortalecerá o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor e o PROCON e aperfeiçoará e desenvolverá serviços que impactam o dia a dia dos consumidores, especialmente aqueles ligados às áreas de saúde (planos de saúde), telecomunicações, serviços bancários e transportes.

89. Nos comprometemos com a proteção e defesa dos direitos dos animais, contra as práticas de crueldade, abandono e maus-tratos, que são expressivamente vedadas pela Constituição e pela Lei de Crimes Ambientais. Avançaremos em legislações estaduais e em políticas públicas de proteção e defesa dos animais, em especial na área de educação, visando à construção de uma

nova cultura sobre o tema.

90. Vamos investir no povo de São Paulo. Com mais direitos, mais cidadania, mais serviços. É combatendo desigualdades e melhorando a qualidade da vida em nosso estado que vamos criar mais oportunidades.

III. SÃO PAULO DA GESTÃO REGIONAL E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E TRANSPARENTE

91. As mudanças estruturais que desejamos promover no Estado de São Paulo passam por uma mudança de fundo na forma de se governar, através da radicalização da democracia e do fortalecimento da governança a partir dos territórios. Vamos fortalecer o planejamento do estado através da ampliação da participação e da gestão regional, garantindo a eficiência e transparência das ações e objetivos do novo governo.

92. Desde a prefeitura, Doria atuou para reduzir os Conselhos de Participação Política Municipais, que foram criados na gestão de Fernando Haddad. Enquanto Governador, atuou diretamente para alterar a composição de importantes conselhos de participação da sociedade civil como o Consema (Conselho de Meio Ambiente) e Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico), eliminou o principal órgão de planejamento, a Emplasa, em consonância com o Governo de Jair Bolsonaro, que eliminou e interferiu na composição dos conselhos em âmbito nacional. Sob a justificativa de desburocratização da gestão, ambos cercearam o exercício da democracia, buscando interferir na composição e atuação dos conselhos para servirem a interesses próprios. Em contraposição, fortaleceremos a ação do Estado no interesse público e na prevenção e combate à corrupção e os direitos sociais e da democracia.

93. A existência de fóruns de participação direta, que promovam a transversalidade, intersetorialidade, territorialidade das políticas, é um valor fundamental do exercício da democracia e da cidadania, e na legitimidade do governo. Promover eleições amplas, que garantam a participação da sociedade civil organizada, é responsabilidade daqueles que têm compromisso

com o bom funcionamento da democracia no estado. Afinal, esses órgãos são importantes agentes de fiscalização do Executivo, e devem ter espaço e voz para tal.

94. Vamos aumentar a transparência ativa e o controle social, promover iniciativas de governo aberto, fortalecer os canais participativos para democratizar e melhorar a capacidade de planejamento e gestão do Estado de São Paulo, incluindo a implantação do Ciclo de Planejamento Estadual Participativo, a realização de conferências estaduais e valorização dos conselhos estaduais. Assim como, promoveremos a descentralização administrativa e vamos aprimorar a governança das políticas públicas para resolver questões sociais a partir de uma visão integrada e de uma ação sistêmica para aproximar Estado e sociedade, investindo na formação permanente dos servidores a fim da absorção das demandas da população.

95. Para aumentar a qualidade dos serviços públicos ao cidadão e garantir seu acesso a todos, especialmente a população mais vulnerável, vamos ampliar a oferta de serviços 100% digitais por meio do uso intensivo de novas tecnologias, reduzindo a burocracia, o custo e o tempo de prestação, com segurança, privacidade e proteção de dados. Valorizar o servidor público estadual por meio de uma gestão de pessoas inovadora, efetiva, transparente e que potencialize a capacidade de realização da administração pública.

96. Os processos de diagnóstico e debate, a mobilização social, o fortalecimento dos movimentos sociais e populares devem estruturar a participação social como uma política permanente e não como um mero protocolo, apoiando a governança compartilhada e participativa na compreensão dos atores envolvidos, no campo social e nos campos econômico, ambiental e territorial, e a importância da participação de movimentos sociais, de mulheres, de negras e negros, de indígenas, da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, da juventude e das pessoas idosas. Vamos fortalecer mecanismos de governança, flexíveis e diversificados, em articulação com o processo de planejamento das ações de governo para o conjunto do território paulista.

97. Realizaremos, de maneira sistêmica, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, dos programas e das ações estaduais e dos serviços, para isso, utilizando-se da coordenação entre os órgãos centrais e as unidades descentralizadas. Com maior transparência, asseguraremos o equilíbrio fiscal e o controle da qualidade dos gastos públicos.

98. O Estado de São Paulo congrega uma enorme diversidade territorial, tanto inter-regional quanto a intrarregional. A dificuldade de gestão do território tem em uma de suas faces a complexidade das divisões regionais, que diferem com frequência entre as secretarias e órgãos de gestão. A transversalidade e intersetorialidade das políticas pode ser melhor articulada a partir de um melhor desenho e compatibilização dessas estruturas, empoderando os órgãos de gestão regional, fortalecendo a articulação com os municípios e resgatando a capacidade de planejamento do estado. Uma expressão aguda da heterogeneidade do estado é representada pela chamada Macrometrópole Paulista que, formada por 174 municípios, representa 27% do total de municípios e concentra 70% da população do estado. Nesse enorme e complexo sistema se expressam, de maneira intensa e particular, os problemas e as carências que afligem o conjunto do estado e do país, os quais se apresentam no déficit habitacional, no saneamento básico, na mobilidade urbana, na urbanização de favelas e assentamentos precários, na proteção aos mananciais, na regularização fundiária, na criação de empregos e no acesso à saúde, educação e cultura, que demandam soluções integradas e participativas.

99. Promoveremos o desenvolvimento nas diversas regiões do Estado de São Paulo, articulando as vocações locais, as atividades econômicas locais, as aglomerações industriais e os arranjos produtivos territoriais. Além de levar em conta as características geográficas, as potencialidades ecológicas, as vocações turísticas e as infraestruturas instaladas. Assim, estimulando a criação e utilização de consórcios públicos e outros instrumentos de cooperação para a resolução de problemas de natureza das diversas regiões do Estado.

100. Precisamos melhorar a governança e incentivar

a integração nas regiões metropolitanas do Estado, fomentando o planejamento conjunto entre os municípios para temas comuns do território. Isso passa pela democratização e universalização do acesso público à comunicação e à informação digital, que é cada vez mais determinante para garantir o exercício de direitos, além do acesso à educação, à cultura e aos serviços. E é um elemento essencial para a incorporação da juventude, sobretudo a pobre e periférica, ao exercício da política e da cidadania, que deve ter sua participação estimulada nos diversos espaços e instâncias importantes para sua vida pessoal e social, como os comitês gestores de escolas, equipamentos de saúde, centros comunitários e outros comitês participativos.

101. A participação social será método de gestão. A partir do momento que pactuamos com a sociedade civil, qualificamos as políticas públicas e temos mais chances de acertar as ações a serem executadas. Além disso, garantimos também o comprometimento e o envolvimento da sociedade civil, majoritariamente organizada, nestas ações. A nossa política de direitos humanos será feita com intensa participação social.

102. O Sistema de Ensino Universitário e Profissional - Universidades Estaduais e Federais, Institutos Federais, FATECs, ETECs - pode cumprir papel proeminente e inovador no apoio ao planejamento e à assistência técnica aos municípios, regiões e consórcios. A partir do enraizamento territorial e da qualificação profissional acumulada nesses centros, construiremos uma estratégia de colaboração e atuação conjunta com o poder público para a organização da gestão regional, participação técnica, desenvolvimento local e aprimoramento da prestação de serviços.

103. Aumentar a participação social e fortalecer a gestão territorial, são pilares estruturantes de um desenvolvimento democrático e inclusivo. O foco em para quem se governa, em busca de combater as desigualdades sociais, econômicas, de gênero, raça e território, também parte de como se governa. Nós governaremos para o povo e junto com o povo.

★ Haddad